



GRUPO PARLAMENTAR

Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia da
República

MENCIONE-SE
PUBLIQUE-SE
EXPEÇA-SE

231 3106

REQUERIMENTO

Nº 1202/X (1ª) - AL

Fernando Santos

**ASSUNTO: Acampamento Clandestino em Vale do Trabuco,
Freguesia do Vale da Amoreira, Concelho da Moita.**

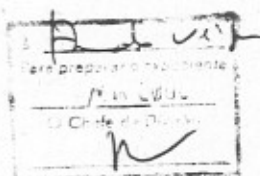
Através do PER - Plano Especial de Realojamento - a Câmara Municipal da Moita realojou as pessoas carenciadas de habitação, tendo construído 110 fogos, na maior parte vivendas, encontrando-se as pessoas a residir nas mesmas desde o ano de 2002.

Contudo, desde que se procedeu, em 2002, aos realojamentos no Vale de Trabuco este local começou a ser ocupado novamente por barracas, tendo-se a situação vindo a agravar de ano para ano.

Como é suposto ser do conhecimento de V. Exa., o acampamento em causa situa-se junto à Escola 2º e 3º Ciclo, facto que origina uma enorme instabilidade para os alunos da Escola C+S, assim como para os seus familiares.

Acresce que - como é, de igual modo, suposto ser do conhecimento de V. Exa. - o local não dispõe de condições mínimas de habitabilidade, como por exemplo instalações sanitárias, saneamento básico e água potável, sendo a electricidade aparentemente furtada da rede eléctrica.

Apesar da situação atrás descrita ter sido energicamente denunciada pela Junta de Freguesia do Vale da Amoreira, que solicitou a remoção das barracas indevidamente construídas, a situação mantém-se e agrava-se de dia para dia, segundo depoimentos que os Deputados signatários recolheram no local.



Vêm os Deputados abaixo-assinados ora requerer à Câmara Municipal da Moita, ao abrigo das disposições aplicáveis da Constituição da República Portuguesa e do Regimento da Assembleia da República, que lhes seja prestada integral informação sobre:

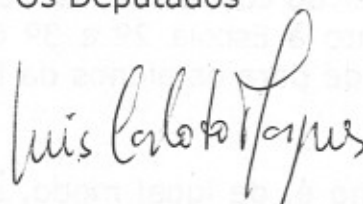
a) Que medidas a C. M. Moita tomou para, após o realojamento, impedir o aparecimento de novos núcleos de barracas?

a) Se a Câmara Municipal da Moita autorizou o referido "acampamento"?

b) Quais as diligências que efectuou para identificar os ocupantes e repor a situação legal?

Palácio de São Bento, 17 de Março de 2006.

Os Deputados



(Luís Carloto Marques)



(Luís Filipe Rodrigues)